

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 233, DE 2008. (Do Poder Executivo)

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

EMENDA N.º , DE 2008 (Do Sr. Onyx Lorenzoni e outros)

Art.1º Suprima-se o inciso I do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, constante do art. 1º da PEC n.º 233/08, apensada à PEC 31-A/2007.

## **JUSTIFICATIVA**

A Proposta de Reforma Tributária altera a regra de distribuição do ICMS aos Municípios prevista no inciso I do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal. Pela norma atual, três quartos do ICMS são distribuídos às prefeituras com base no valor adicionado em cada Município. A PEC 233/08, por sua vez, estabelece que os critérios de distribuição dessa parcela deverão ser definidos por lei complementar.

A nosso ver essa mudança não garante aos Municípios que acolhem o pacto produtivo em sua região os recursos suficientes para o atendimento de demandas como saúde, segurança ou educação.

De fato, o critério instituído pelos Constituintes de 1988, privilegia os Municípios que têm maior atividade industrial em sua área,



conferindo-lhes maior participação no bolo do ICMS, em relação àqueles municípios que não têm atividade industrial significativa.

Deixar que o tema seja regulamentado por lei complementar, de iniciativa da União, cria, por certo, grande insegurança jurídica aos entes municipais no que toca às suas receitas. Ademais, ficam os Municípios à mercê da boa vontade do Executivo de enviar tal projeto de lei ao Congresso Nacional.

Por todo o exposto, temos que a desconstitucionalização dos critérios de rateio do ICMS aos Municípios - hoje claros e expressos no texto constitucional - não deve ser aprovada por esta Casa, razão pela qual submetemos aos nobres Pares a presente emenda supressiva, que mantém a norma atualmente em vigor.

Sala da Comissão, em

de

de 2008.

Deputado Onyx Lorenzoni
DEM/RS